

## A argumentação e o ensino da escrita\*

Cristiane Dall Cortivo Lebler\*\*

### Resumo

Este trabalho tem como objetivo realizar uma discussão em torno da possibilidade de, a partir dos postulados da *Teoria da Argumentação na Língua*, desenvolver estratégias para o ensino da escrita. Para isso, realizamos algumas leituras de textos fundadores da ANL, com vistas a explicitar o modo como essa vertente teórica compreende o discurso e, a partir disso, realizar observações a respeito da sua aplicabilidade para o ensino da escrita. Consideramos que a ANL pode servir de fundamento para pensarmos a construção dos discursos escritos tendo em vista o fato de entender o sentido de um discurso como construído tanto pelas relações entre as palavras e os enunciados que o compõem quanto pelo fato de ser fruto da atividade de fala de um locutor, que produz sentido para um alocutário.

### Palavras-chave

Argumentação; ensino da escrita; discurso

### Abstract

This paper aims to provide a discussion on the possibility of developing strategies, from the postulates of the Theory of Argumentation within Language (TAL), for the teaching of writing. For this purpose, we have carried out some readings of the founding texts of TAL in order to explain how this theoretical framework understands discourse and, based on that, carry out observations about its applicability on the teaching of writing. We consider that TAL may serve as a basis for reflecting on the construction of written discourse in view of the fact that it understands the meaning of a discourse as built both by the relation between words and statements which compose it and by the fact that it is the fruit of the activity of speaking of a speaker, which produces meaning for a hearer.

### Keywords

Argumentation; teaching of writing; discourse

---

\* Artigo de autora convidada para o dossiê.

\*\* Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Leitura e Cognição na Universidade de Santa Cruz do Sul

## **Introdução**

Existe uma pergunta que se fazem os docentes do ensino superior, independentemente da área do conhecimento em que atuam: por que os estudantes, mesmo depois de frequentarem a escola por doze anos, tendo aulas de língua materna em todas as séries, ainda ingressam no ensino superior com deficiências na escrita (e, frequentemente, na compreensão) de textos?

Essa pergunta tem motivado vários especialistas da área da Linguística a buscarem identificar o que origina tais deficiências e a proporem meios de intervenção. É quanto a este último objetivo que se dedica este trabalho, como parte da pesquisa intitulada “A escrita, a reescrita e a construção do sentido no discurso”<sup>1</sup>, embasada na Teoria da Argumentação na Língua (doravante ANL), de Oswald Ducrot e Marion Carel.

A ANL, em desenvolvimento há mais de 30 anos, sempre teve como objetivo estudar o sentido do discurso como materialidade linguística e como produto da atividade de fala de um locutor sem, entretanto, ocupar-se com questões específicas relativas à escrita<sup>2</sup>. Nesse sentido, este trabalho busca discutir em que medida a ANL pode embasar o estudo da produção escrita. Buscamos responder, aqui, a perguntas como: de que modo uma teoria que estuda o sentido pode servir de base para o estudo da escrita? A escrita é considerada como um processo ou como um produto da atividade linguística de um locutor? Que aspectos da escrita podem ser estudados com base na ANL?

Em busca de respostas para essas perguntas, estruturamos um trabalho teórico, que apontará alguns caminhos possíveis de nos levar à definição de um método de estudo e de ensino da escrita a partir de noções semânticas e enunciativas, evidentemente sujeitos à discussão. Para isso, voltamo-nos para a leitura de textos basilares da ANL, tanto de autoria de Oswald Ducrot e de Marion Carel, quanto de outros teóricos cujos achados científicos colaboraram para a elaboração e para a consolidação de uma semântica puramente linguística.

---

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Leitura e Cognição da Universidade de Santa Cruz do Sul.

<sup>2</sup> Entendemos atividade de fala como sinônimo de uso da língua e, portanto, tanto enunciações faladas quanto escritas. O objetivo da pesquisa, entretanto, refere-se à produção escrita.

## 2. O texto e o discurso como produtos da atividade enunciativa

A escrita, a depender do ponto de vista adotado, pode tanto ser considerada como um processo quanto como um produto. Quando considerada um processo, a escrita pode ser aproximada àquilo que Benveniste (1989, p. 82) define como *enunciação*, ou seja, como um processo que coloca “a língua em funcionamento através de um ato individual de utilização”. Nesse sentido, a escrita se constitui, tanto quanto o discurso oral, em um ato em que um locutor se apropria da língua e a transforma em discurso, imprimindo nela as marcas da enunciação: a pessoa, o tempo e o espaço. Esse processo, entretanto, é fugaz e aparece marcado naquilo que é gerado pela enunciação: o discurso. Já, quando considerada como um produto, a escrita encontra correspondência com aquilo que muitos teóricos denominam texto ou discurso. Nesse caso, ela está constituída pela materialidade linguística, como algo que teve origem na enunciação, que carrega as marcas do seu surgimento, mas que é, entretanto, duradoura e passível de análise discursiva. Este será o ponto de vista a respeito da escrita adotado neste trabalho.

Apesar de a ANL conduzir suas pesquisas tendo como objeto de estudo os enunciados efetivamente produzidos, ela não descarta que tais enunciados – ou discursos – tiveram sua origem na enunciação, foram produzidos por um locutor e endereçados a um alocutário. O processo que dá origem ao enunciado é definido como “um acontecimento constituído pelo surgimento do enunciado” (DUCROT 1984, p. 168), ou seja, existe um momento em que o enunciado ainda não existe e um momento em que o enunciado não existe mais: esse intervalo de tempo é a enunciação. Assim, quando estudada sob a ótica da ANL, a escrita só pode ser considerada como o produto da enunciação, enquanto materialidade linguística, embora seja necessário reconhecer que houve, por trás desse produto, um processo do qual ele é derivado. Desse modo, o material que tomamos para estudo é aquilo que alguns teóricos denominam texto e que outros denominam discurso.

O estudo do texto escrito ou do discurso escrito é bastante plural. Várias são as perspectivas teóricas que se dedicam ao estudo dessas complexas formas de linguagem, integrando aos pressupostos teóricos elementos de natureza diversa: social, cognitiva, interacional, enunciativa, o que resulta em diferentes modos de descrevê-los e explicá-los.

As abordagens ligadas à Linguística Textual (LT) definem e estudam o *texto* como unidade estrutural e interacional. As propriedades definidoras da textualidade gravitam em torno de características linguísticas, como coerência e coesão, e de

características pragmáticas, como intertextualidade, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, dentre outras. A perspectiva da LT considera o texto não apenas como materialidade linguística, mas também como atividade verbal através da qual os indivíduos, seres social e cognitivamente situados, interagem por meio da linguagem. Trata-se, portanto, de uma abordagem multidimensional, que considera o texto como fruto da atividade verbal entre parceiros da comunicação, na qual interferem elementos de natureza não apenas linguística, mas também social, cognitiva e cultural.

Da mesma forma que à palavra texto são conferidas diferentes definições, à palavra discurso também são atribuídos conceitos plurais, já que há uma diversidade teórica que o têm por objeto de estudo – como, por exemplo, a Análise do Discurso de linha francesa, a Análise Crítica do Discurso, os estudos bakhtinianos, o sócio-interacionismo, além da Teoria da Enunciação benvenistiana e da própria ANL. Essas várias perspectivas teóricas que tomam o discurso como objeto partem de concepções de linguagem bastante variadas, o que culmina em modos diversos de descrevê-lo e de explicá-lo. Mencionamos, aqui, a título de exemplo, alguns dos elementos que intervêm no modo como o discurso é concebido e explicado, como os fatores sócio-históricos, ideológicos, enunciativos, além de muitos outros<sup>3</sup>. Como neste trabalho interessa-nos o conceito de discurso segundo a Teoria da Argumentação na língua, é a ele que daremos destaque no decorrer de nossa exposição teórica.

### **3. A Teoria da Argumentação na Língua e o estudo da escrita**

A Teoria da Argumentação na Língua, criada e desenvolvida por Oswald Ducrot, Jean-Claude Anscombre e, atualmente, por Marion Carel, surgiu na década de 70, quando do lançamento da obra *Escalas argumentativas* e, desde então, tem passado por reformulações com a finalidade de permanecer fiel ao seu pressuposto de base: de que a argumentação está inscrita na língua.

Ducrot (1990) coloca que suas pesquisas têm sido motivadas por uma profunda insatisfação com relação à noção de significação. Isso porque, segundo ele, as teorias que se dedicam ao estudo do sentido consideram que uma parte desse sentido está composto por indicações objetivas, que conteriam um componente informativo, ou seja, a linguagem seria um espelho da realidade, sujeita a julgamentos em termos de verdade ou falsidade.

---

<sup>3</sup> Para definições do termo *discurso* de acordo com as teorias enunciativas, recomendamos a leitura do verbete no *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009).

Para Carel e Ducrot (2005), a ANL constitui-se de uma aplicação do estruturalismo saussuriano ao discurso, uma vez que, tal como Saussure, considera que as relações entre os elementos de natureza linguística é que são definidoras do seu valor. Além do conceito de valor, Ducrot retoma, também de Saussure, a distinção entre objeto de conhecimento e dado empírico, ou seja, entre língua e fala. A língua, para a ANL, é composta por um conjunto finito de frases, idênticas através dos seus empregos, do tipo *Faz calor, Pedro é inteligente, É tarde, Vamos passear*. Tais frases são uma construção teórica, criadas pelo linguista com o objetivo de explicar a infinidade de enunciados – realizações das frases – e seu sentido, sendo tais enunciados pertencentes ao domínio da fala, ou seja, são dados observáveis. Os enunciados, diferentemente das frases, são complexos e compostos pela relação entre duas frases, expressa por conectores como *portanto, no entanto, mas, contudo, se*, dentre outros.

Aos conceitos de frase e enunciado estão ligadas indicações semânticas específicas: a primeira tem uma significação, composta por instruções, uma espécie de “modo de emprego” que permite interpretar os enunciados da frase. Ao segundo, por sua vez, está ligado um sentido, complexo, já que comporta indicações relativas à atividade de fala que o produziu.

Além da frase e do enunciado, Ducrot (1984, p. 168) apresenta os conceitos de texto e discurso, ligados, respectivamente aos domínios da língua e da fala. O texto é constituído por uma sequência de frases, enquanto o discurso designa uma sequência de enunciados ligados entre si, ou seja, “aquilo que foi realizado, o objeto produzido”. O discurso trata-se, portanto, de uma sequência gráfica (ou sonora) que surgiu em determinado ponto espaço-temporal e físico, passível de registro. É a esse conceito de discurso que nos referiremos neste trabalho, enquanto produto da escrita, empírico e, portanto, passível de análise.

Apresentados os conceitos que estruturam ANL de um modo mais geral, passemos à discussão de algumas considerações sobre a pertinência do estudo da escrita embasado na ANL.

### **3.1 A ANL estuda a materialidade linguística**

Toda a atividade de pesquisa, de ensino ou de extensão é exercida a partir de determinadas concepções teóricas, uma vez que, ao transformarmos os fatos linguísticos em objeto de estudo, acabamos também por realizar escolhas teóricas. Essas escolhas teóricas, entretanto, não são aleatórias; antes disso, dizem respeito ao modo como o docente-pesquisador concebe a linguagem e o seu ensino. Tal reflexão acerca do

exercício do ensino e da pesquisa acerca da linguagem remete-nos, também, a uma reflexão a respeito da tradição linguística e do modo como os pontos de vista teóricos escolhidos para explicar os fatos que tomamos para análise foram concebidos. Esse retorno às origens é importante na medida em que nos faz compreender que os fatos linguísticos não podem ser observados senão por meio de teorias já existentes.

A pesquisa linguística, entretanto, não deve se limitar a reproduzir os modelos já existentes tal como se apresentam, mas, sim, deve pensar novos modos de descrever e explicar a linguagem a partir dos modelos de que dispõe. A esse respeito, Ducrot (1989, p.7) afirma: “o importante em linguística não são nem os fatos, nem as teorias, é sua relação. O que é apaixonante é ver como as teorias (...) modificam o modo de viver e perceber a linguagem” (tradução nossa)<sup>4</sup>.

A ANL nasce ancorada na concepção saussuriana de linguagem, especialmente com relação à noção de valor, a qual Ducrot (2006) coloca no centro de suas investigações. Retornemos à Saussure, ao *Curso de Linguística Geral* e aos *Escritos de Linguística Geral*. Saussure (2006), no *Curso de Linguística Geral*, define a língua como um sistema de signos, um tesouro depositado no cérebro dos falantes de determinada comunidade linguística. Definir a língua como um sistema significa considerar que todas as suas unidades se apresentam interligadas de modo que uma constitui a outra. Além disso, para o teórico, o signo é constituído, por sua vez, por duas faces indissociáveis: o significante e o significado, ambos ligados um ao outro arbitrariamente. No capítulo sobre o valor linguístico, entretanto, Saussure (2006) afirma que se trata de uma ilusão considerar o signo apenas como uma unidade formada por um significante e por um significado, uma vez que tal atitude o isolaria do sistema ao qual pertence. Antes disso, o signo deve ser considerado como parte de uma rede de relações que o definem pela oposição e pela diferença.

Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente *diferenciais*, definidos não positivamente por seus conceitos, mas negativamente por suas relações com outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são. (CLG, 1916/2006, p. 136, grifo nosso).

Tal ideia de que as coisas são constituídas pelas suas relações e pela sua não coincidência com outros “seres” já aparece n’*O Sofista*, de Platão, quando este aborda as categorias da realidade - O Movimento, o Repouso, O Mesmo, o Ser e o Outro: “E

---

<sup>4</sup> “L’important en linguistique, ce ne sont ni les faits, ni les théories, mais leur rapport. C’est qui est passionnant, c’est de voir comment les théories (...) modifient la façon de vivre et de percevoir le langage. » (DUCROT, 1989, p. 07)

nós diremos que ela [a forma Outro] penetrou em todas as formas, especialmente porque cada uma é diferente das outras, não por sua própria natureza, mas porque ela participa da ideia do Outro.” (O Sofista, 255e). Isso significa que as categorias elencadas por Platão não podem ser definidas em si mesmas, mas somente enquanto noções cuja identidade se dá pela diferença, pela participação do Outro, tal como o valor do signo, que não reside em si, mas na sua não coincidência com os demais.

Ducrot (2009) discute a presença do conceito de alteridade elaborado por Platão na definição de signo linguístico concebida por Saussure e, por ancorar suas concepções sobre o sentido no conceito de valor, estende tal noção para a Teoria da Argumentação na Língua. Essa ligação entre as concepções saussurianas a respeito do signo e a ANL se dá em dois aspectos: em primeiro lugar, pelo fato de a língua ser considerada como o terreno da intersubjetividade, o lugar onde *eu* e *tu* se encontram, constitutivos um do outro; em segundo lugar, pelo fato de o enunciado não poder ser definido de modo independente do seu emprego, sendo que determinadas continuações são permitidas, enquanto outras, proibidas. Afirma Ducrot: “O enunciado se definirá, então, pelas possibilidades de resposta que abre e por aquelas que fecha. (...) Sua realidade não se localiza nele, mas fora dele – nos outros enunciados cujo uso ele oferece ou proíbe a um eventual interlocutor” (DUCROT, 2009, p. 11-12).

A concepção de sentido proposta pela ANL, enquanto ancorada na noção de valor, implica opor-se ao referencialismo, ou seja, considerar que se pode encontrar correspondência entre os fatos, os objetos e o sentido das palavras. Tal postulado é apresentado quando Ducrot (1990) critica a posição do alemão Karl Bühler com relação ao sentido na língua, já que a descrição semântica proposta pelo linguista alemão compreende uma parcela objetiva, uma parcela subjetiva e uma parcela intersubjetiva. Para o idealizador da ANL, considerar que o sentido das palavras – e dos enunciados – é equivalente ao seu valor é afirmar que não há participação de noções e elementos alheios à ordem linguística na sua descrição e, por conseguinte, negar que as palavras possam referir-se ao mundo extralinguístico de modo direto ou objetivo.

Além disso, o fato de a concepção semântica da língua proposta pela ANL estar constituída unicamente pelas relações linguísticas, sendo estas relações de natureza opositiva e negativa, exclui o pressuposto de que haja um sentido próprio e um sentido figurado ligados à língua. A negação desses dois aspectos semânticos encontra eco nas próprias palavras de Saussure e está assim definida nos *Escritos de Linguística Geral*:

“Não há diferença entre o sentido próprio e o sentido figurado das palavras (...) porque seu sentido é eminentemente negativo.” (SAUSSURE, 2002, p. 72) (tradução nossa)<sup>5</sup>.

Da mesma forma, a concepção de sentido proposta pela ANL pondera que não é possível atribuir à língua qualquer traço de natureza cognitiva, o que significa dizer que ao sentido das palavras não são incorporadas ideias, pensamentos ou representações mentais. A linguagem não estabelece um corte na realidade e no pensamento, mas busca em si mesma o princípio da sua racionalidade e da sua inteligibilidade.

A ideia de que o sentido das palavras deriva unicamente das relações de natureza linguística aparece direta e indiretamente na ANL. Indiretamente, pois Ducrot (1980, p. 09) considera que a palavra, como entidade linguística, colabora na construção do sentido de um enunciado apenas de maneira indireta: ela começa por se combinar com outras palavras para constituir a significação das frases (entidades teóricas) que, por sua vez, dada a situação do discurso, produzem o sentido dos enunciados (entidades empíricas). De modo direto, a noção de relação aparece em conceitos como os de *argumentação interna* e a *argumentação externa ao léxico*, *encadeamento argumentativo* e *orientação argumentativa*. Começemos pelo conceito de *encadeamento argumentativo*.

A ideia de que as palavras não possuem sentido completo antes de determinarmos com que outras palavras as relacionaremos é encontrada na ANL desde sua concepção e se mantém através das diversas fases pelas quais passou: *Standard*, *Teoria dos Topoi* e, atualmente, *Teoria dos Blocos Semânticos* (TBS). Na TBS, os encadeamentos argumentativos são definidos como discursos evocados por uma entidade linguística e compostos por dois segmentos, X e Y, relacionados por um conector. O princípio que subjaz ao encadeamento argumentativo é de que os segmentos, sozinhos, não possuem um sentido determinado previamente; é apenas na relação expressa pelo conector que o sentido do todo é definido. Esse princípio pode ser facilmente identificado nos seguintes enunciados: (1) *O candidato é jovem, portanto merece a oportunidade*; (2) *O candidato é jovem, portanto não merece essa oportunidade*. Em cada um deles, o sentido do primeiro segmento somente é definido na relação com o segundo: em (1), a juventude sobre a qual se fala é definida como um motivo para que alguém receba uma determinada oportunidade; já em (2), a juventude é vista como um impedimento para a concessão de uma oportunidade.

---

<sup>5</sup> “Il n’y a pas de différence entre le sens propre et le sens figuré des mots (...), parce que leur sens est éminemment négatif.” (SAUSSURE 2002, p. 72)



Já, ao rejeitar a ideia de que o sentido das palavras compreende uma face objetiva, Ducrot (1990) amalgama as faces subjetiva e intersubjetiva naquilo que define como o valor argumentativo. O valor argumentativo de uma palavra não se confunde com o valor linguístico saussuriano, apesar de manter com ele alguma similaridade. Para Ducrot, o valor argumentativo é a orientação que determinada palavra dá ao discurso, ou seja, o emprego de uma palavra torna possível ou impossível certa continuação. Ele se encontra no conjunto de possibilidades ou de impossibilidades de continuação que o emprego de determinada palavra autoriza ou proíbe.

Tais considerações entre o conceito de valor presente em Saussure e o modo como é empregado e ressignificado por Ducrot nos permitem pensar que a ANL pode ser útil no estudo da escrita. Levantemos algumas justificativas.

Primeiramente, o estudo da escrita pode fundamentar-se nos pressupostos da ANL pelo fato de que sempre que usamos a língua, seja em discurso oral, seja em discurso escrito, o fazemos para construir sentido. É admitido pelos estudiosos da linguagem que um discurso – ou um texto – só pode ser considerado como tal se todos os seus elementos estruturais estiverem inter-relacionados, de modo que construam, juntos, um só sentido. Em contrapartida, um aglomerado de enunciados que não tenham relação entre si não pode ser considerado um discurso – nem um texto. É necessário que os enunciados de um discurso estejam de tal forma interligados que dessa relação emergja um sentido. Por fim, os usuários da língua não fazem uso dela para produzir forma, mas sim, para produzir sentido.

Entendemos que o ensino da escrita deva estar fortemente ancorado no pressuposto de que nossos discursos são estruturados para comunicar um sentido – que, para a ANL, constitui um ponto de vista sobre os fatos, e não a comunicação dos fatos em si. Frequentemente, entretanto, encontramos, na escrita dos estudantes, parágrafos cuja relação entre enunciados, da qual deveria resultar um sentido, é confusa ou até mesmo contraditória; enunciados aos quais falta um dos segmentos, ou, ainda, relações semânticas construídas pelos segmentos do enunciado que não são autorizadas linguisticamente pelas palavras que o compõem, ou seja, não é respeitada a orientação argumentativa das palavras que estão em relação. Vejamos um breve exemplo, retirado do corpus da pesquisa que ora desenvolvemos, formado por resumos, resenhas, discursos dissertativos e argumentativos, produzidos por estudantes universitários. O trecho transcrito abaixo trata do tema “violência urbana”.

**Trecho 1** – *Nos últimos anos, o Brasil vem tendo um grande aumento na violência urbana. Essa violência caracteriza-se por um grande desemprego e uma grande desigualdade socioeconômica, causando um grande aumento da população que mora nas ruas. Moradores que tomam lugares como seus, como esquinas, becos, viadutos. Tornando, assim, quaisquer pessoas invasoras, podendo criar muitas brigas, assaltos e tentativas de homicídios, ou até homicídios.*

Nesse trecho, a argumentação construída pelo locutor está assim estruturada (desconsideramos aqui as eventuais falhas na pontuação): o aumento do desemprego e da desigualdade social são responsáveis pela violência e pelo aumento do número de moradores de rua. Os moradores de rua vivem em lugares públicos e, por considerarem esses espaços como seus, acabam os disputando com outras pessoas que tentam invadir esses espaços.

Como os pressupostos da ANL poderiam intervir nesse texto e melhorar sua construção? Consideramos que, pelo fato de a ANL possibilitar que se analisem discursos a partir de conceitos como *encadeamento argumentativo*, seria possível demonstrar ao aluno que sua escrita carece de relações semânticas pertinentes. É questionável a afirmação de que o desemprego e a desigualdade socioeconômica sejam causas diretas do aumento do número de moradores de rua. Além disso, o segundo trecho da argumentação não encontra uma relação direta com o primeiro, já que os moradores de rua que o autor considera responsáveis por atos violentos podem não ser, necessariamente, aqueles que sofrem com o desemprego e a desigualdade social. Além disso, o conceito de argumentação externa poderia ser útil na medida que, por meio do conhecimento de que é possível restringir o sentido de determinados termos a partir de palavras com as quais os relacionamos, o autor poderia especificar de que desigualdades socioeconômicas ele trata exatamente em seu texto e, assim, melhorar sua escrita.

A isso acrescentamos que, apesar de a argumentação não estar restrita aos limites gráficos do enunciado – letra maiúscula e ponto final –, é preciso que um enunciado apresente minimamente elementos que permitam ao leitor ser capaz de compreender o sentido ali construído, o que implica, frequentemente, que os enunciados tenham um sujeito e um predicado. Isso não se verifica, entretanto, nas duas últimas frases do trecho transcrito, já que à primeira falta o predicado e à segunda falta o sujeito. A necessidade da presença de sujeito e de predicado para a compreensão do sentido de um enunciado pelo alocutário encontra respaldo naquilo que Carel (2005) denomina

*predicação conectiva*, ou seja, quando o sentido de um enunciado é derivado de um termo do grupo verbal e de um termo do grupo sujeito. Sem a presença de qualquer um desses termos, não há enunciado, já que não há a articulação de dois segmentos por meio de um conector.

Uma terceira observação a respeito desse trecho é formulada a partir da argumentação externa da expressão *moradores de rua*, cujo sentido é definido como *ser morador de rua, portanto ser um agente da violência*. A argumentação externa, que mostra o sentido da expressão nesse texto, especificamente, revela um discurso carregado de pré-conceitos, já que traz subjacente a ideia de que os moradores de rua são os responsáveis pela violência que acontece em nossas cidades. É certo que não faz parte do objeto de estudo da ANL julgar se tais afirmações encontram ou não correspondência com a realidade, entretanto, entendemos que é papel da universidade ser o lugar onde se discutem os valores e os sentidos pré-construídos que circulam em nossa sociedade. Essa possibilidade de discutir pré-conceitos e preconceitos é aberta pela análise realizada por meio da ANL, que busca evidenciar o sentido efetivamente construído nos enunciados, sentido este que carrega, invariavelmente, um posicionamento daquele que os produziu. A esfera acadêmica deve ser capaz de formar pessoas capacitadas para atuar no mercado de trabalho, mas, também, de formar cidadãos habilitados a analisar e a transformar a realidade social em que nos encontramos.

### **3.2 A ANL estuda a construção do sentido pela atividade de fala de um locutor**

Para Ducrot (1987a), a descrição de uma língua não pode ser considerada completa se não levar em consideração alguns elementos relativos à atividade de fala – ou, como definiu Saussure, uma linguística da língua deve, necessariamente, estar correlacionada a uma linguística da fala. Isso porque língua e fala – para ambos os teóricos – não são independentes: é a oposição metodológica que cria a oposição no dado.

A ideia de que língua e fala não são independentes para Saussure aparece em seus *Escritos de Linguística Geral*, quando o autor afirma que “a língua não é criada senão em vista do discurso” (SAUSSURE, 2002, p. 277). E o que é o discurso, para Saussure?

O discurso consiste em afirmar um laço entre dois conceitos que se apresentam revestidos de uma forma linguística, enquanto que a língua não faz senão realizar

conceitos isolados, que esperam ser colocados em relação para que haja significação do pensamento. (SAUSSURE, 2002, p. 277) (tradução livre feita pela autora)<sup>6</sup>

A afirmação de Saussure nos remete à discussão esboçada na seção anterior, de que as palavras isoladas não são suficientes para construir sentido: é preciso que alguém – um ser de fala – as transforme em discurso, ou seja, as relacione, para que, juntas, construam sentido. É nesse momento que é necessário nos referirmos à figura do locutor, já que, para a semântica linguística, o estudo da significação deve levar em conta a enunciação.

E o que seria a enunciação? Para a ANL, a enunciação é conceituada como o surgimento do enunciado e é responsável pelo seu sentido, já que Ducrot (1987b) define o sentido do enunciado como uma descrição da sua enunciação. Essa descrição da enunciação está ligada, de modo bastante particular, à concepção polifônica do discurso, cujo pressuposto basilar é o de que existem duas figuras linguísticas inscritas no sentido do enunciado: o *locutor*, responsável pelo enunciado, e os enunciadores, origens dos pontos de vista neles implícitos.

A principal característica da ANL relativamente à constituição enunciativa do sentido diz respeito, segundo nosso entendimento, ao fato de nossos discursos sempre serem argumentações, não no sentido amplo do termo, que remete à ideia de convencimento e persuasão, mas no sentido de ser um ponto de vista a respeito da realidade, defendido por um locutor. Não se trata, portanto, de retratar a realidade, mas de abordá-la segundo um determinado ângulo – aquele do produtor do discurso.

Além disso, é imprescindível que o estudante seja capaz de perceber os sentidos implícitos nos discursos que produz. Esses sentidos implícitos, que são revelados pela análise polifônica, podem levar o aprendiz a perceber que existem outros conteúdos comunicados nos discursos que produz além daquele que é fruto das palavras utilizadas para expressar seu ponto de vista, conteúdos esses, muitas vezes, colocados de modo involuntário, já que estão inscritos na própria língua.

Em relação ao estudo da escrita, abordar a enunciação nos discursos significa mostrar ao aprendiz que existem meios linguísticos de enfatizarmos nosso posicionamento a respeito dos temas da realidade que tomamos para debate. Referimo-nos aqui a determinadas expressões, tais como *pouco*, *um pouco*, *quase*, *até*,

---

<sup>6</sup> “Le discours consiste (...) à affirmer un lien entre deux des concepts qui se présentent revêtus de la forme linguistique, pendant que la langue ne fait préalablement que réaliser des concepts isolés, qui attendent d’être mis en rapport entre eux pour qu’il y ait signification de pensée.” (SAUSSURE, 2002, p. 277)

*infelizmente, talvez, frequentemente*, que têm a propriedade de apontar, no sentido do enunciado, determinadas nuances que caracterizam, justamente, a apreensão da realidade por parte de um produtor de discurso.

É nesse sentido que a escrita não pode ser considerada apenas como uma estrutura linguística, ou seja, que não pode ser reduzida simplesmente à presença de coerência e de coesão (sem negar aqui que tais elementos sejam dispensáveis). É necessário, também, que o aluno – como ser produtor de linguagem – aprenda a se colocar no texto, a deixar as marcas da sua enunciação e, portanto, do seu modo particular de apreender e comentar a realidade sobre a qual é convidado a debater. O que nos parece, em muitos casos, que nos discursos produzidos nas esferas escolares – seja de nível básico (que é retratada nas redações de vestibular), seja de nível superior – há um empobrecimento do modo como o sentido é construído e apresentado.

Voltemos ao trecho 1, transcrito acima. A análise a partir do viés enunciativo da ANL, que consideramos aqui responsável pelas marcas do posicionamento do locutor a respeito daquilo de que fala, nos mostra que o trecho é bastante incipiente em se tratando de elementos que sejam capazes de demonstrar o ponto de vista do seu autor sem que, para isso, tenha de usar perífrases do tipo “eu acho que” ou “do meu ponto de vista”.

Nesse sentido, é preciso considerar a linguagem, especialmente quando esta se trata de um objeto de estudo, não simplesmente como um instrumento de comunicação – já que sua função não é tornar algo comum entre locutor e interlocutor – nem como meio de transmitir informações acerca da realidade, visto que a linguagem é muito mais do que isso. “Considerar a comunicação como a função linguística fundamental é admitir que a fala, por vocação natural, é fala para outrem, e que a própria língua não se realiza senão quando fornece um lugar de encontro para os indivíduos.” (DUCROT, 1977, p. 09). A linguagem é capaz de construir a realidade e, nessa construção, não há lugar para o verdadeiro ou para o falso, ao contrário, há lugar para o debate entre interlocutores a respeito dessa realidade construída.

#### **4. Algumas considerações**

Em texto publicado na obra *Les mots du discours*, no capítulo intitulado “*Analyse de textes et linguistique de l'énonciation*”, Oswald Ducrot (1980, p. 7) coloca duas questões: “A linguística pode ser útil para a análise de textos? A análise de textos pode

ser útil à linguística?”, às quais responde: “a linguística que pode servir à análise de texto é, e é somente, uma linguística que se serve da análise de textos.”

Conhecer o funcionamento da língua por meio do estudo de discursos é fundamental para que possamos compreender os mecanismos da sua construção. E, nesse sentido, a análise de textos – e o conhecimento de seus mecanismos de construção – pode ser útil para o estudo da escrita.

O ponto de vista que defendemos neste trabalho é o de que a Teoria da Argumentação na Língua, tendo em vista os pressupostos a partir dos quais elabora seus conceitos, pode ser útil para o ensino da escrita. Nossa argumentação é que determinados aspectos dos discursos, especialmente a construção linguística e enunciativa do seu sentido, podem ser enfatizados e ensinados valendo-se de alguns conceitos elaborados pela ANL, tal como as noções de encadeamento argumentativo, de argumentação externa, da noção de valor, bem como de elementos relativos à polifonia, já que estes envolvem figuras consideradas fundadoras dos discursos: o locutor e o interlocutor.

Frequentemente, a Teoria da Argumentação na Língua tem sido tomada como suporte para o estudo – e o ensino – da leitura, o que é fundamental, já que para compreender o sentido do discurso é preciso esmiuçar as relações entre as palavras e os enunciados que o constituem. Impulsionados por essas propostas, nos atrevemos, com este trabalho, a sugerir uma alternativa para se pensar a outra face do discurso – não a leitura, desta vez, mas a produção do discurso escrito.

Se compreendermos que nossos discursos são constituídos por enunciados, sempre, por sua vez, inter-relacionados, e que estes enunciados estão dotados de sentido que revelam o posicionamento do locutor que os produziu, estaremos indo além do trivial no ensino da escrita. Estaremos conscientizando o aprendiz de que ele é o sujeito do seu discurso, o que significa colocar-se nas suas palavras e não apenas repetir discursos cuja origem seja atribuída ao senso comum. Ao contrário dos instrumentos, aos quais, assim como para a linguagem, também é atribuída uma função, desta última não é possível fazer desaparecer o seu criador. E tão mais singular será a marca do seu criador quanto mais ele souber operar com os recursos que a linguagem lhe oferece para que construa, em seu discurso, a sua realidade.

## Referências

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In.: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

CAREL, Marion. La predicación centrada. CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Ducrot, Oswald. *Princípios de Semântica Linguística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.

DUCROT, Oswald. Analyse de textes et linguistique de l'énonciation. In. : DUCROT, Oswald et. al. *Les mots du discours*. Paris : Minuit, 1980.

DUCROT, Oswald. Enunciação. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Casa da Moeda, 1984.

DUCROT, Oswald. Estruturalismo, enunciação e semântica. In.: \_\_\_\_\_. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987a, pp. 63-88.

DUCROT, Oswald. Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação. In.: \_\_\_\_\_. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987b, pp. 161-218.

DUCROT, Oswald. Faits d'aujourd'hui et théories d'hier. In: \_\_\_\_\_. *Logique, structure, énonciation*. Paris : Minuit, 1989.

DUCROT, Oswald. *Polifonia y argumentacion*. Colômbia : Calli, 1990.

DUCROT, Oswald. La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure? In. : SAUSSURE, Louis de. *Nouveaux regards sur Saussure: Mélanges offerts à René Amacker*. Genebra : Droz, 2006.

DUCROT, Oswald. Prefácio. In.: VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. Campinas: Unicamp, 2009.

FLORES, Valdir Do N. ; BARBISAN, Leci B. ; FINATTO, Maria José B.; TEIXEIRA, Marlene. *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. São Paulo: Ática, 2004.

KOCH, Ingedore V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2012.

Platon. *Sophiste – Politique – Philèbe – Timée – Critias*. Édition établie par Émile Chambry. Paris: Flammarion; 1969.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Escritos de Linguística Geral*. Paris: Gallimard, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Campinas: Pontes, 2006.